

**Intervenção inicial da Ministra da Modernização do Estado e da
Administração Pública**

**Audição regimental na Comissão de Administração Pública,
Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local**

Assembleia da República, Lisboa, 11 de novembro de 2020

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores deputados,

A proposta de Orçamento do Estado para 2021 tem uma missão transversal que se reveste de especial importância, num cenário de grande incerteza como aquele em que vivemos:

- proteger os rendimentos das pessoas;
- reforçar a resposta social; e
- combater a pandemia.

Tendo esta área governativa, também ela, uma natureza transversal, as medidas previstas no seu orçamento respondem de forma direta a estes objetivos.

Assim, o Governo mantém o seu compromisso com a proteção dos rendimentos dos trabalhadores públicos e a manutenção dos seus direitos. Nesse sentido, o Orçamento para 2021 prevê um aumento de cerca de 3,5% da massa salarial da Administração Pública, decorrente da aplicação de medidas relacionadas com a retoma da normalidade das carreiras, nomeadamente progressões, alterações de escalão e recuperação de tempo de serviço. Para este aumento contribuem ainda as novas contratações previstas e o aumento da base remuneratória da Administração Pública, como reflexo da subida da remuneração mínima mensal garantida, abrangendo cerca de 100 mil trabalhadores.

Este é um sinal muito claro de que as respostas do Governo à crise não seguem o caminho da austeridade. Foi, de resto, com estas premissas que partimos para o diálogo com as estruturas sindicais, deixando, contudo, a garantia de que as reuniões já realizadas – incluindo a negociação suplementar pedida pelos sindicatos - não prejudicarão outras negociações que se possam vir a justificar antes da votação final global da Proposta de Lei do Orçamento do Estado, nem anularão a eventual necessidade de negociação em diploma próprio de matérias que venham a decorrer desta Lei.

Este orçamento contém os instrumentos de que necessitamos para materializar a política de atração de talento, capacitação e rejuvenescimento da Administração Pública, tal como está inscrita no Programa do Governo:

I) desde logo, pela aplicação da regra de pelo menos uma entrada por cada saída;

II) depois, pela colocação dos 1.000 trabalhadores selecionados no primeiro processo de recrutamento centralizado; e, finalmente, mas não menos importante,

III) adoção de um programa específico de estágios na administração central, que será lançado no próximo ano.

Para que estes recursos venham a reforçar a Administração Pública exatamente onde esta precisa de ser reforçada, está em curso um levantamento de necessidades que vai permitir fazer uma alocação criteriosa destes trabalhadores.

De acordo com a última Síntese Estatística, no segundo trimestre de 2020, o emprego no sector público situou-se nos 705 mil postos de trabalho. Este número traduz-se num aumento de 2,2% em relação ao mesmo período do ano passado e reflete o investimento gradual e significativo que tem sido feito no reforço da Administração Pública, designadamente nos setores considerados essenciais para responder à crise pandémica.

Todos compreendemos que, num momento com aquele em que vivemos, o reforço do Serviço Nacional de Saúde é prioritário. Eu não tenho nenhuma dúvida sobre isso e acredito que ninguém tenha neste hemiciclo! No entanto, numa altura em que a Administração Pública vai ser chamada a desempenhar uma tarefa muito exigente como a execução de um quadro comunitário sem precedentes, é fundamental avançar com a contratação de quadros superiores, que são essenciais para agilizar o funcionamento da máquina do Estado, particularmente num quadro futuro de grande investimento com fundos comunitários.

Senhoras e Senhores deputados,

O reforço do orçamento nesta área governativa sinaliza também o compromisso do Governo com uma Administração Pública mais apta a satisfazer as necessidades dos cidadãos e das empresas, através de respostas inovadoras e eficientes.

É nos serviços de atendimento ao público que essa capacidade de resposta é mais visível, por isso, temos vindo a investir, por um lado, no reforço dos serviços públicos digitais e, por outro, na proximidade do atendimento presencial para quem dele não quer ou não pode abdicar.

Nos nove primeiros meses do ano, as Lojas de Cidadão realizaram mais de 2,7 milhões de atendimentos. Estes números são especialmente relevantes se tivermos em conta as restrições impostas pela pandemia que condicionaram o atendimento presencial ao pré-agendamento e o facto de estes espaços terem encerrado durante dois meses, na sequência do estado de emergência decretado a 18 de março.

Considerando que o atendimento presencial e de proximidade é fundamental para garantir o acesso aos serviços públicos, o Governo tem vindo a apostar, em articulação com as autarquias, na expansão da rede de Espaços Cidadão – o que se traduziu em perto de uma centena de novas aberturas só no primeiro ano do Governo – e no aumento da oferta de serviços nestes balcões, onde, por exemplo, já é possível renovar e levantar o cartão de cidadão (CC).

Também nos primeiros nove meses do ano, os Espaços Cidadão realizaram mais de 760 mil atendimentos, dos quais cerca de 78 mil foram renovações de CC.

É esta rede “capilar” de 59 Lojas de Cidadão e 701 Espaços Cidadão, distribuídos por todo o território nacional, que nos permite afirmar que os serviços públicos estão cada vez mais próximos de quem deles precisa.

Paralelamente à aposta na proximidade, mantém-se o reforço dos serviços públicos digitais que, face à crise pandémica que atravessamos, têm agora uma importância redobrada, permitindo que cidadãos e empresas possam aceder a mais de 1.600 serviços online, sem necessidade de deslocações.

Entre janeiro e outubro, foram realizados no portal dos serviços públicos, o ePortugal, cerca de meio milhão de serviços, o que permitiu que, mesmo enquanto os serviços presenciais estiveram fechados no período de confinamento, a Administração Pública continuasse a prestar serviços aos cidadãos e às empresas.

Outro indicador da adesão aos serviços digitais é o aumento do número de ativações da Chave Móvel Digital, que já ultrapassam 2,2 milhões. Esta solução de autenticação simples e segura permite que, utilizando apenas um número de telemóvel previamente registado e um pin de 4 dígitos, seja possível, por exemplo, marcar uma consulta, entregar a declaração de IRS, validar faturas, pedir o registo criminal ou matricular os filhos numa escola.

Tudo isto foi possível devido ao investimento que tem sido feito no digital e que continuaremos a privilegiar.

A edição do SIMPLEX'20-21, que apresentámos em julho deste ano, inclui vários serviços que vão ampliar esta oferta, como a Declaração

da Segurança Social na Hora; o IVA e IRS Mais automáticos; o Casa Pronta Online; e o serviço Pensão na Hora;

Aqui chegados, o próximo passo será a aposta na construção de um portal único de acesso aos serviços públicos, uma porta de entrada única que garanta aos cidadãos e às empresas uma resposta uniforme na sua interlocução com Estado. O desafio a que nos propomos é o de nivelar a qualidade de todos os serviços públicos digitais pela fasquia daqueles que hoje já respondem com mais eficiência.

Esta é, aliás, uma das apostas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) no que à Administração Pública diz respeito, sendo o outro a implementação do Programa Nacional de Capacitação e Qualificação da Administração Pública. Ao eleger a modernização e a capacitação da Administração Pública como um dos eixos do PRR, correspondendo a um investimento total de 1,5 mil milhões de euros, o Governo dá um sinal claro de que este será um dos principais motores da resposta à crise.

Ainda sobre o PRR, o Governo está empenhado em garantir que os fundos comunitários chegarão efetivamente à economia, por isso, está já em desenvolvimento o Portal da Transparência que permitirá a todos os cidadãos acompanharem esta utilização e execução. Mas a sua função não fica por aqui. O novo Portal da Transparência será uma plataforma de acesso livre, simples e transparente com

informação distribuída por 4 separadores: Fundos Comunitários; Orçamento do Estado; Contratação Pública; e Desempenho da Administração Pública.

Porque desburocratizar é simultaneamente simplificar, modernizar e tornar os processos mais transparentes.

Senhoras e Senhores deputados,

A situação que vivemos impulsionou a procura por novas formas de atendimento ao público e aumentou a pressão sobre outros canais já existentes como os centros de contacto. Para responder a esse crescimento da procura, delineámos um projeto que vai reforçar a resposta em duas vertentes: ¹⁾ nos serviços de atendimento propriamente ditos, e; ²⁾ nos equipamentos e infraestruturas de comunicações.

Senhoras e Senhores deputados,

A tecnologia oferece-nos possibilidades infinitas.

Permite-nos, por exemplo, desmaterializar a entrega de documentos, como fizemos na ADSE, onde, em seis meses, cerca de 30% dos

documentos submetidos diariamente já chega por via digital. Esta ferramenta, disponível do Portal ADSE Direta, juntamente com outras medidas como a contratação de mais trabalhadores e o processamento desmaterializado com recurso ao e-fatura, permitiu uma redução de 550 mil faturas pendentes no final de abril, para 200 mil à data de hoje. Acreditamos que esta evolução nos vai permitir chegar ao final do ano com um prazo de pagamento de 60 dias, menos 25 do que o atual. Reforçando o caminho que estamos a fazer para melhorar o serviço da ADSE aos beneficiários, e a que se soma a celebração de novas convenções e a atualização das tabelas.

A tecnologia é também, e antes de mais, um instrumento de apoio à implementação de políticas públicas, como por exemplo, aquelas que nos vão ajudar a contrariar a baixa densidade populacional no interior do país e a solucionar problemas tão prementes como a carência da habitação, a melhoria da mobilidade, e, no limite, a gestão dos recursos disponíveis.

É por isso que estamos a trabalhar para acelerar a deslocalização dos serviços públicos para o interior e para criar condições que permitam a portabilidade dos postos de trabalho, seja pelo recurso ao teletrabalho, seja pela partilha de funções entre a administração central e local através de soluções de co-working.

Senhoras e Senhores deputados

O Orçamento do Estado para 2021 prevê um aumento do valor das transferências para as autarquias locais em 7% face ao ano anterior, totalizando 226 milhões de euros. Este valor soma-se ao reforço alcançado em 2020, que representou um incremento de 10% face ao orçamentado em 2019.

O Fundo de Apoio Municipal vê o seu orçamento significativamente aumentado – passando de 90 milhões de euros em 2020 para 132 milhões de euros em 2021 (+147%). Com este reforço será possível dar resposta às necessidades de financiamento das câmaras municipais, reduzindo ou mesmo anulando os encargos adicionais para a Administração local.

O Governo está também empenhado em permitir que os municípios possam iniciar projetos de investimento mais cedo, por isso, tal como em 2020, o Orçamento do Estado para 2021 permite que as autarquias utilizem os saldos de gerência da execução orçamental do ano anterior, logo no início de cada ano.

Já no âmbito da descentralização, o OE prevê a transferência de um valor superior a 300 milhões de euros para os municípios, ao qual se somarão cerca de 60 milhões no âmbito da transferência de competências no domínio da ação social, assim que estas começarem a ser transferidas.

Num momento em que a gestão de proximidade e o papel da administração local se tornam especialmente importantes, é fundamental falar de descentralização. Só através do processo de transferência de competências é possível dar respostas eficientes e adequadas às desigualdades e ao desafio demográfico que o país enfrenta. Por isso, reafirmo que esta é umas das mais importantes reformas do Estado em curso.

Este processo tem vindo a consolidar-se, designadamente com a publicação, já este ano, do último diploma setorial, referente à ação social e, em breve, com a assinatura dos autos de transferência de bens imóveis, tal como já começou a acontecer na área da cultura. Acredito, por isso, que, com passos firmes, concluiremos até 2022 a transferência de competências para as autarquias locais.

A descentralização é um processo que responde a imperativos do princípio da subsidiariedade, da coesão e acima de tudo da democracia, além de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos. Porque as respostas são mais eficazes e mais participadas quando adotadas ao nível mais próximo dos cidadãos.

Depois de ter consagrado, em 2020, a eleição do presidente e vice-presidente das CCDR reforçando assim a sua legitimação política, o Governo irá agora proceder à harmonização das circunscrições territoriais da Administração desconcentrada do Estado e à sua integração nas CCDR, designadamente nas áreas da educação e

cultura, onde faz todo o sentido que exista uma tutela comum à escala regional.

Em linha com a consolidação do processo de descentralização em curso, esta alteração, vem reforçar a legitimidade democrática a nível regional e tornar mais eficiente a governação de proximidade.

Senhoras e Senhores deputados,

Mais do que um bom orçamento, este é o orçamento necessário para responder a uma situação sem precedentes, mantendo os rendimentos dos trabalhadores públicos e reforçando a capacidade de resposta da administração pública, num momento em que assume uma missão que nos convoca a todos.

Fico agora à vossa inteira disposição. Muito obrigada.